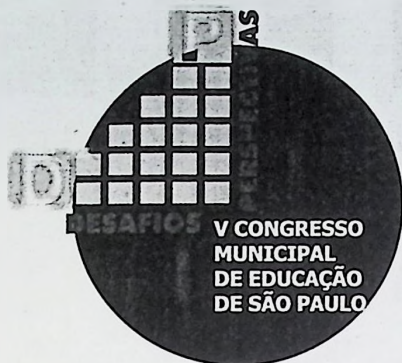




O ENSINO MUNICIPAL **DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

V CONGRESSO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOVEMBRO DE 2006

**PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

A construção do conhecimento no ensino da língua escrita: da teoria à prática

Profª Silvia de Mattos Gasparian Colello – USP

Formada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da USP. Fez Mestrado e Doutorado na mesma instituição, onde atua como docente e orientadora nos programas de Graduação e Pós-Graduação. Na condição de educadora, coordenou cursos de capacitação docente, ministrou inúmeras palestras, prestou assessorias para escolas particulares e públicas e secretarias de Educação. Na condição de pesquisadora, coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alfabetização e Letramento – Geal. É autora de vários artigos, no Brasil e no exterior, e dos livros Alfabetização em questão (Paz e Terra, 1995-2004) e A escola que (não) ensina a escrever (Paz e Terra, no prelo).

O meu tema é ousado e, para lidar com ele no tempo disponível, vou organizar a minha fala a partir dos seguintes pontos: a concepção de linguagem, o objetivo da alfabetização, o processo de aprendizagem, a interferência do contexto sociocultural na conquista do saber e a progressão do conhecimento. Com essa abordagem, o objetivo da palestra é pontuar aspectos teóricos que possam ampliar a compreensão sobre os desafios da prática pedagógica no ensino da língua escrita.

1. Concepção de linguagem

A primeira grande pergunta é a seguinte: do que estamos falando quando fazemos referência ao ensino da leitura e escrita? Qual é a natureza desse objeto a ser ensinado?

Vou defender a idéia de que a língua escrita é um objeto paradoxal porque comporta simultaneamente dois pólos, um aberto e outro fechado. Como sistema fechado, a língua tem as suas normas e regras, que não podem ser alteradas. Nesse sentido, escrever é respeitar padrões e convenções. Não se pode inventar um "outro" jeito de escrever porque a escrita tem a sua história, as palavras têm as suas origens e as estruturas lingüísticas carregam marcas milenares do percurso vivido pela humanidade. Apesar disso, é possível dizer que a língua é um sistema aberto porque permite tudo dizer (GERALDI, 1993). Longe de ser um instrumento limitado em suas formas de produção, aquele que aprende a ler e a escrever deve poder libertar a expressão de seus pensamentos para constituir a sua palavra ou o seu argumento de modo único. Em síntese, a aprendizagem da língua implica apropriar-se de um sistema fechado e, ao mesmo tempo, ter acesso à sua dimensão aberta, que se explica pelo verdadeiro trabalho de criação lingüística. Por isso, é legítimo aprender a ler e a escrever, se essa aprendizagem estiver associada ao processo de libertação da palavra para a expressão/compreensão da idéia, como defendia Paulo Freire (FREIRE, 1998). Daí a sua máxima ain-

da hoje tão revolucionária: "a leitura do mundo precede a leitura das palavras".

2. Objetivo da alfabetização

Essa concepção de língua escrita nos remete automaticamente ao segundo ponto de nossa reflexão: para que queremos ensinar os nossos alunos a ler e a escrever?

Pensando nos objetivos da alfabetização, costumamos dizer que não quero ensinar escrita e a leitura como atos de pura codificação e decodificação. Muito mais do que aprender um sistema fechado, o aprendizado da língua escrita deve estar a serviço da formação de sujeitos críticos e pensantes, capazes de se expressar e de compreender o mundo. Alfabetizar não é, pois, um exercício de mera informação, mas de promoção do desenvolvimento humano, de formação do sujeito e conquista da cidadania. E, nessa perspectiva, é também um investimento na sociedade democrática. Nossos alunos devem ler para muito além das marcas de impressão das palavras. Respeitando a compreensão sobre a natureza da língua escrita, é essa a meta para quem se propõe a ensinar alguém a ler e escrever. Por isso, a indiscutível necessidade de compreender o funcionamento do sistema da escrita (a representação da linguagem, a natureza fonológica da escrita, as regras e convenções) só tem sentido se o aluno puder cultivar e exercer as práticas de letramento: cultivar, no sentido de usufruir as possibilidades da língua escrita no âmbito de sua cultura, e exercer, como meio de responder ativamente às solicitações e aos apelos da sociedade letrada (SOARES, 1998; RIBEIRO, 2003).

3. Processo de aprendizagem

Se, no processo de alfabetização, tivermos clareza a respeito do "que ensinamos" e "por que ensinamos", importa também compreendermos como a criança aprende.